

APRESENTAÇÃO

Quem disse que eu mudei?
Mesmo que já a tinham demolido – o que importa?
A gente sempre continua morando na
velha casa em que nasceu.
(Mário Quintana)

Nesta obra, estão reunidos artigos que testemunham nosso interesse em buscar compreender as condições sociais que produzem a infância, interrogando sua constituição pela Cultura e pela Educação, pois é fundamental compreender como cada realidade elabora a sua ideia de infância e como a cultura constrói esse conceito e o valida.

Bakhtin (1992)¹ afirma que o Homem só sente sua humanidade inserido num certo contexto social, ou seja, é imprescindível o entendimento de como cada grupo social, ao estabelecer relações entre seus membros com o espaço que ocupa e com outros grupos e espaços diferenciados, estabelece um lugar para suas crianças, construindo uma subjetividade infantil possível de ser aceita e vivida na subjetividade coletiva do grupo, inclusive como categoria psicológica. Toda criança é um resultado da cultura, dos olhares, das múltiplas vozes que a narram e a produzem. Não basta nascermos biologicamente como “crias humanas”, também somos marcados por um nascimento histórico. “O nascimento físico não é suficiente para o ingresso na história. O animal também nasce fisicamente e não entra na história. O homem precisa de um segundo nascimento: o nascimento social” (FREITAS, 1994)².

¹ BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1992.

² FREITAS, M. T. A. Vygotsky & Bakhtin, Psicologia e Educação: um intertexto. São Paulo, SP: Ática; Juiz de Fora, MG: EDUJF, 1994.

Precisamos compreender a infância “engatada” nas coisas do mundo que a cercam; a vivência da infância não se restringe somente ao convívio familiar, pois outros espaços produtores de subjetividades constituem a criança cotidianamente, como a escola, os olhares da mídia e do entorno cultural que permeia a vida infantil.

Como as condições materiais e simbólicas de produção de existência das crianças são bastante diferenciadas, não podemos falar da existência de uma única cultura própria das crianças, mas sim de culturas infantis com pluralidade que se estabelecem no entrelaçamento da produção da infância e da produção do lugar: toda criança é criança de um lugar, de alguma cultura.

O “banho” cultural que o infantil recebe trama a infância: a pertença sociocultural emoldura o contexto no qual se edifica a infância, a produção das culturas infantis ancora-se nesses aspectos, fazendo emergir a ideia de culturas infantis e a existência de territorialidades infantis. Ao conviverem, as crianças compartilham essas diferenças entre si e estabelecem entre si uma relação horizontal de identidade e uma relação vertical de identificação com os adultos, constituindo concepções reais que possibilitam a vivência da sua infância dentro da lógica de organização social do grupo. O sentido de infância é atravessado, dessa forma, pelas dimensões do espaço e do tempo, que, ao se agregarem com o grupo social, produzem diferentes arranjos culturais e diferentes formas de ser criança. Esses traços simbólicos são carregados por toda a vida, como aponta o poeta: “a gente sempre continua morando na velha casa que nasceu”...

O tornar-se criança em um determinado grupo social faz parte do processo de endoculturação, que é o processo de aprendizagem e de humanização

dentro dos grupos sociais em que os sujeitos se inscrevem. Na maioria das vezes, esta precede o próprio momento do nascimento, pois, com as tecnologias que permitem ter a resposta a essa pergunta muito antes do nascimento, adianta-se o ponto de partida para tais investimentos.

Menina ou menino? Essa é uma das perguntas mais comuns sobre um sujeito humano quando ele chega ao mundo. Mais que do que uma pergunta, ela inclui uma preocupação por demarcar o ponto inicial a partir do qual serão feitos inumeráveis investimentos que produzem subjetivamente esse infans.

Existe, portanto, uma estreita ligação entre a vivência da infância e o local onde ela será vivida, pois cada grupo social não só elabora dimensões culturais que tornam possível a emergência de uma subjetividade infantil relativa ao lugar, mas também materializa essa condição pela educação. Escola, família, lei, mídia, ciência: são instâncias nas quais podem ser construídos/desconstruídos processos articulados que privilegiam identidades e práticas hegemônicas enquanto negam, desvalorizam e marginalizam outras identidades e práticas. Estas participam ativamente e suportam essa lógica para produzir os corpos – e as subjetividades – acordes à norma social hegemônica.

Essa constituição de espaços destinados a um determinado grupo social nos aproxima da dimensão de território, pois possibilita a construção de identidades culturais, que, segundo Hall (1996)³, pode ser compreendida “em termos de uma cultura partilhada, uma espécie de ‘ser verdadeiro e uno’ coletivo, oculto sob os muitos outros ‘seres’ mais superficiais ou artificialmente impostos, que pessoas com ancestralidade e história em comum compartilham”. Os sujeitos presentes nesses espaços incorporariam essas dimensões e viveriam de acordo com as redes de significado nelas tecidas, estando, portanto, “territorializados” em um local concreto, com fronteiras delimitadas, pertencentes a diversos grupos sociais que se diferenciariam a partir de suas extensões e com regras a serem seguidas.

O mesmo ocorre com as infâncias em seus diferentes contextos, pois, para “além das diferenças individuais, as crianças distribuem-se na estrutura social segundo a classe social,

a etnia a que pertencem, o gênero e a cultura” (Sarmiento & Pinto, 1997, p. 22)⁴. Isso significa demarcações de alteridades e a organização de fronteiras, constituindo limites entre diferenças, o que torna possível o processo de territorialização e de identificação, constituindo suas identidades locais, criando uma estreita relação entre identidade infantil e os territórios de infância.

Porém, longe de parecer algo simples e estável, diferentes territórios podem “borrar” suas fronteiras e, implicitamente, mudar o destino esperado para seus diferentes sujeitos, pois os processos de formação são, na verdade, um processo de interação dialética, em que a presença do outro é constante, pois a “cultura é produto humano e produtora do humano. É o ser humano que produz a cultura. É a cultura, no entanto, que possibilita a emergência do humano” (LARA, 1996, p. 29)⁵.

Podemos marcar uma diferença entre infância e criança: a infância seria a o lugar que cada grupo social destina para suas crianças. Nesse sentido, como aponta o documentário *A invenção da infância*, ser criança não significa ter infância pelas múltiplas formas como a cultura e a educação a constituem...

“Ao inventar a infância, a Modernidade cria a idade de ouro de cada indivíduo. Fase em que a vida será perfeita, protegida e tranqüila, antes de ser tomada pelas exigências do trabalho. Época ideal de nossas vidas, em que ser criança é não ter qualquer outro compromisso que vá além do gozo puro e simples de sua inocência”(Trecho da voz off no documentário *A Invenção da Infância*).

Prof.^a Dr.^a Denise Regina Quaresma da Silva
Professora e Pesquisadora
Universidade Feevale

³ HALL, S. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A Editora, 1999.

⁴ SARMENTO, M. J.; PINTO, M. **As crianças e a infância**: definindo conceitos, delimitando o campo. In: SARMENTO, Manuel J.; PINTO, Manuel. (Org.). *As crianças contextos e identidades*. Portugal: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.

⁵ LARA, T. A. **A escola que não tive... o professor que não fui...** temas de filosofia da educação. São Paulo, SP: Cortez, 1996.